

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS
ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Terceira Sessão Ordinária
19 – 23 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/785(XXIII)i(a)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ CONSULTIVO DO CRP
DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTAIS E
FINANCEIROS

SC9951

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 5517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA Fax: 251-11-5513039

**REUNIÃO DO SUBCOMITÉ CONSULTIVO
DO CRP DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS,
ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS
22 – 26 DE ABRIL DE 2013
MOMBASA, QUÊNIA**

Sub-Cttee/Rep./Momb.2

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ CONSULTIVO DO CRP
DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTAIS E
FINANCEIROS**

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ CONSULTIVO DO CRP DE
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS**

A. INTRODUÇÃO

1. A reunião do Subcomité Consultivo do CRP de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiras foi realizada de 22 a 26 de Abril de 2013, para analisar o relatório de execução orçamental da União Africana para o exercício de 2012 e o Orçamento de Programas e Operacional para o Exercício de 2014.

B. PARTICIPAÇÃO

2. A reunião foi presidida pelo Embaixador da República de Sierra Leone, S.E. Sr. Andrew Bangali, e teve a participação dos seguintes Estados-membros:

i. Argélia	xxi. Malawi
ii. Angola	xxii. Mali
iii. África do Sul	xxiii. Mauritânia
iv. Benim	xxiv. Namíbia
v. Botswana	xxv. Níger
vi. Burkina Faso	xxvi. Nigéria
vii. Burundi	xxvii. República Árabe
viii. Chade	Sarauí Democrática
ix. Comores	xxviii. República Democrática
x. Congo	do Congo
xi. Djibuti	xxix. Senegal
xii. Egípto	xxx. Sierra Leone
xiii. Etiópia	xxxi. Sudão do Sul
xiv. Gâmbia	xxxii. Sudão
xv. Gana	xxxiii. Suazilândia
xvi. Guiné	xxxiv. Tanzânia
xvii. Guiné Equatorial	xxxv. Togo
xviii. Quénia	xxxvi. Uganda
xix. Lesoto	xxxvii. Zimbabwe
xx. Líbia	

C. Discurso de boas-vindas

3. O Presidente desejou boas-vindas a todos os membros e reiterou a importância da sessão e o tempo limitado disponível para analisar o orçamento de 2014 da União Africana por causa do 50º Aniversário da OUA/UA. Sendo a primeira vez que o orçamento será adoptado em Maio, ele sublinhou o facto de o Subcomité Consultivo de Assuntos Administrativos, Orçamentais e Financeiros ter de concluir as suas deliberações pontualmente e posteriormente convidou os membros do Subcomité a adoptarem a organização dos trabalhos e os pontos de agenda.

D. AGENDA

4. A reunião aprovou a seguinte agenda:

- a) Discursos de Abertura;
- b) Organização dos Trabalhos;
- c) Análise do Relatório de Execução Orçamental da UA do Exercício de 2012;
- d) Análise do Orçamento de Programas e Operacional da União Africana para o Exercício de 2014.

E. ANÁLISE DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA UNIÃO AFRICANA DO EXERCÍCIO DE 2012

Apresentação da Comissão da União Africana

5. O Director de Programação, Orçamentação, Finanças e Contabilidade (PBFA) apresentou o relatório de Execução Orçamental para o exercício de 2012, com as seguintes principais características:

- i) O orçamento total aprovado da União Africana para o exercício de 2012 foi de **274.094.433 \$EU**, repartido em Orçamento Operacional, **114.800.234 \$EU**, e em Orçamento de Programas de **159.294.199 \$EU**. Do orçamento total, **122.428.670 \$EU** foram avaliados dos Estados-membros, enquanto os Parceiros Internacionais comprometeram-se a cobrir o remanescente de **151.665.763 \$EU**.
- ii) Além disso, o Conselho Executivo aprovou um Orçamento Suplementar de **11.498.829,49 \$EU**, dos quais **3.886.373,89 \$EU** foram para as despesas operacionais e **7.612.455,60 \$EU** para os Programas. **Ref. EX.CL/Dec726 (XXII)**. Isto levou o Orçamento Total da União Africana de 2012 para **285.593.262 \$EU**.
- iii) Durante o exercício financeiro, um montante total de **88.153.027 \$EU** foi recebido dos Estados-membros, representando 72% da taxa de arrecadação das contribuições avaliadas. Os parceiros de desenvolvimento contribuíram igualmente com **101.985.112 \$EU**, que representa 64% das suas promessas. O fundo/fluxo de caixa total recebido em 2012 foi de 190,2 milhões de \$EU.
- iv) Observou-se na reunião que as despesas efectivas da União Africana em 2012 foram de **185.933.274 \$EU**, representando uma taxa de execução global de **70 por cento**. A despesa total foi repartida em **111.875.993 \$EU** e **74.057.281 \$EU** para o Orçamento Operacional (**94%**) e Orçamento de Programas (**50%**), respectivamente.
- v) Esta taxa de execução global reflecte melhorias no desempenho orçamental da União em relação ao exercício de 2011 de **107.489.999 \$EU (92%)** e de **57.811.021 \$EU (39%)** do Orçamento Operacional e de Programas, respectivamente. Contudo, a taxa de execução do orçamento de programas continua a ser uma preocupação.

-
- vi) Foi informado aos participantes que a perda na taxa de câmbio deveu-se em grande parte da taxa preferencial que é dada aos Escritórios de Representação (Genebra e Bruxelas). A taxa preferencial não devia ser considerada como perda na taxa de câmbio, mas como remuneração adicional destinada aos dois escritórios.

Comentários dos Estados-membros:

6. Durante as discussões, os membros do Subcomité formularam as seguintes observações e comentários:

- (i) Os documentos em Árabe não foram fornecidos aos respectivos Estados-membros, em conformidade com os requisitos da UA sobre as línguas oficiais. Além disso, registaram-se inconsistências na utilização das línguas que deviam ser abordadas pela Comissão.
- (ii) A baixa taxa de execução do orçamento de programas em alguns Departamentos da Comissão e nos Órgãos deve ser abordada urgentemente;
- (iii) As razões subjacentes para a baixa taxa de execução devem ser analisadas desde as suas causas, tais como o incumprimento das promessas assumidas pelos parceiros ou por parte dos órgãos que não estão a executar os seus mandatos.
- (iv) A taxa de recolha de contribuições estatutárias dos Estados-membros de 2012 (72%) não foi satisfatória;
- (v) A dependência excessiva aos fundos dos parceiros comprometeu a apropriação dos programas e perigou a implementação, uma vez que alguns parceiros não estavam a honrar os seus compromissos;
- (vi) O financiamento selectivo dos programas por parte dos parceiros comprometeu a implementação de alguns programas. Por exemplo, o programa de paz e segurança, de governação e direitos humanos continuaram a beneficiar de apoio em detrimento dos projectos infra-estruturais e de desenvolvimento económico.
- (vii) Houve necessidade de abordar o destino de alguns programas importantes que não obtiveram fundos dos Estados-membros e dos Parceiros, por exemplo o projecto Fouta Djallon.
- (viii) Os participantes na reunião solicitaram à Comissão a apresentar uma actualização da situação da compra e renovação do escritório de Washington.

Respostas da Comissão

7. A Comissão respondeu às preocupações e observações dos Estados-membros da seguinte forma:

- (i) Em relação à recolha das contribuições estatutárias dos Estados-membros, foram sempre enviadas advertências de forma regular.
- (ii) Sobre a gestão orçamental, foi esclarecido que existia uma distinção entre orçamento e fluxo de caixa. Todos os fundos não executados tinham caducado. Sempre que os fundos dos parceiros não são utilizados dentro de um determinado exercício financeiro, só são transferidos para o exercício seguinte com o consentimento do parceiro de financiamento;
- (iii) Houve uma decisão de disponibilizar um orçamento suplementar para a conclusão dos trabalhos de renovação do edifício de Washington, bem como para realizar uma auditoria da aquisição e que seria apresentado um relatório em Maio de 2013;
- (iv) A baixa taxa de execução do orçamento deveu-se principalmente à falta de disponibilidade e libertação de fundos dos parceiros, bem como à capacidade de implementação dos respectivos departamentos e Órgãos. A orçamentação excessiva também contribuiu para a baixa taxa de execução em alguns casos;
- (v) Não existem mecanismos para obter fundos adicionais dos parceiros que surgem depois do orçamento ter sido aprovado. Por conseguinte, A Comissão vê-se incapaz de utilizar tais fundos sem a aprovação do CRP;
- (vi) O outro factor da baixa taxa de execução tem a ver com os parceiros que enfrentavam desafios económicos e financeiros e que já não podiam honrar os seus compromissos. Por exemplo, a Espanha que já haviam disponibilizado fundos, solicitou
- (vii) à Comissão a não utilizar esses fundos;
- (viii) Alguns parceiros, incluindo a Bélgica e a Coreia do Sul, tinham prometido fundos para os programas mas não cumpriram com as suas promessas;

Recomendações

8. O Subcomité tomou nota do relatório e formulou as seguintes recomendações:

- (i) **Todos os Órgãos e departamentos devem submeter trimestralmente relatórios de execução orçamental de forma atempada.**
- (ii) **Os Órgãos da UA devem envidar mais esforços para melhorar os seus respectivos programas de execução orçamental.**

- (iii) **O relatório de auditoria deve acompanhar o relatório de execução anual.**
- (iv) **A taxa de execução orçamental para o ciclo orçamental de 2012 deve ser o critério para a análise do orçamento dos programas de 2014.**
- (v) **É necessário reforçar a função da monitorização e avaliação para facilitar a implementação dos programas;**
- (vi) **A Comissão deve apresentar o relatório da auditoria sobre a aquisição da propriedade de Washington para servir de escritório durante a Cimeira de Maio de 2013.**

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE PROGRAMAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014

9. O Director de PBFA apresentou os destaques da proposta de Orçamento de Programas para o Exercício de 2014. Na sua apresentação, referiu-se à transformação da Organização de Unidade Africana (OUA) para a União Africana (UA), que trouxe um aumento do mandato e novos desafios impulsionados pelo desejo comum de acelerar a integração socioeconómica e política do continente. No cumprimento do seu mandato, a Comissão elaborou um projecto do Terceiro Plano Estratégico para 2014-2017, com base em cinco Pilares Prioritários, ou seja, Paz e Segurança; Programas de Desenvolvimento Socioeconómico e Humanos; Integração, Cooperação e Parceria; Valores Comuns de África; Capacitação Institucional da UA.

10. O orçamento regular total da União Africana proposto para o exercício de 2014 situou-se em **312.694.949 \$EU**, que foi superior, em 11,5%, ao do exercício de 2013, e composto pelo Orçamento Operacional de **132.803.852 \$EU** e de Programas de **179.891.097 \$EU**. Propõe-se que o orçamento seja financiado pelos Estados-membros em 42% e pelos Parceiros em 58%. Os principais factores que contribuem para o aumento global do orçamento (**11,5%**) para o orçamento do exercício de 2014 em relação às dotações de 2013, são:

- O efeito do incremento salarial de 5%, em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.727(XXII);
- Aumento das actividades da Comissão, devido ao seu mandato em expansão;
- Projectos especiais, tais como, a modernização do sistema de segurança da CUA, conservação e manutenção do Novo Centro de Conferências; e
- Aumento geral dos preços dos bens e serviços.

11. Afirmou-se que havia algumas rubricas dentro do programa que eram de natureza recorrente e que devem ser revertidas para o Orçamento Operacional. Por exemplo, o custo das licenças de usuários dos serviços SAP e VSAT são custos recorrentes, que devem ser cobertos pelos Estados-membros com base no Orçamento Operacional.

12. O Director de Planificação de Políticas Estratégicas, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM) apresentou o Orçamento de Programas para o Exercício de 2014, que foi considerado estar em conformidade com o novo Plano Estratégico da Comissão para o período 2014 – 2017, dando ênfase na cadeia de resultados. Havia 47 propostas de projectos estimados em 144 milhões de \$EU garantidos para a Comissão, enquanto 63,9 milhões de \$EU estavam sem financiamento classificados como parte A e parte B. Isto representa 69,3% e 30,7% respectivamente. Ele solicitou que o orçamento fosse analisado na sua totalidade e que fosse dada permissão à Comissão para actualizar os Órgãos Deliberativos durante a Cimeira de Janeiro, sobre se os défices tinham sido cobertos, com a compreensão de que as actividades cujos financiamentos não tinham sido assegurados, seriam retiradas do orçamento de programas.

13. Três novas categorias foram também introduzidas no orçamento de programas, nomeadamente os Fundos de Repasse, no valor de 90.536.525 \$EU; Projectos Especiais, 56.892.656 \$EU; e Assistência Técnica, 87.659.243 \$EU, que foram apresentadas pela primeira vez no Orçamento de Programas. Vários Departamentos e Escritórios de Representação forneceram as suas propostas de projectos detalhadas.

Comentários dos Estados-membros

14. Os Estados-membros formularam as seguintes observações e comentários:

- i) Procuram saber se as disposições orçamentais tinham sido feitas para a operacionalização dos Comitês Técnicos Especializados;
- ii) Solicitaram esclarecimentos sobre os projectos cujo financiamento ainda não estava assegurado;
- iii) Solicitaram à Comissão a demonstrar claramente a relação entre a cadeia de resultados e os departamentos responsáveis com vista a uma melhor apreciação e prestação de contas;
- iv) Salientaram a aparente falta de capacidade de alguns departamentos no que diz respeito às suas propostas ambiciosas;
- v) Observaram que o orçamento proposto era quase três vezes maior do que o orçamento de 2013, e solicitaram esclarecimentos sobre a forma como o défice de financiamento dos anos anteriores foi resolvido para garantir que não houvesse problemas com o orçamento proposto;
- vi) Salientaram que os projectos não devem se basear em suposições ou em fundos sem garantias.
- vii) Reconheceram a baixa taxa de execução da maioria dos departamentos e afirmaram que a alocação orçamental deve basear-se na capacidade dos departamentos para implementar programas. Isto foi visto como incentivo para melhorar os desempenhos dos anos seguintes;

-
- viii) Solicitaram informação sobre os resultados do estudo sobre o custo da fome que acabava de terminar;
 - ix) Acordaram que os montantes orçamentais para actividades semelhantes devem ser harmonizados;
 - x) Reconheceram a necessidade de uma auditoria especial ao BIRA, incluindo o seu desempenho e gestão operacional.
 - xi) A proposta da construção de escritórios permanentes para o BIRA em Nairobi deve ser analisada posteriormente.
 - xii) Verificou-se que não haveria necessidade da criação de um estúdio de rádio, mas que poder-se-ia estabelecer acordos para a produção de programas para as estações radiofónicas nacionais dos Estados-membros;
 - xiii) Recordando a decisão de integrar a NEPAD na UA, foi reconhecida a necessidade de haver um calendário para a conclusão do plano.
 - xiv) Em relação ao género, uma questão considerada transversal, procuraram saber como a integração de género seria implementada pelos departamentos; cada departamento iria definir a sua própria estratégia de integração ou será conduzido pelo Departamento de Género?
 - xv) Recordaram que os Países Anfitriões tinham a obrigação de disponibilizar edifícios para os escritórios técnicos que se encontram sediados nos seus países;
 - xvi) Solicitaram esclarecimentos sobre os critérios utilizados para a selecção dos 5 países beneficiários do Projecto de Energia Geotérmica e quando é que os outros países serão contemplados;
 - xvii) Relativamente ao estudo das línguas africanas, solicitaram esclarecimentos sobre as línguas africanas específicas que devem ser estudadas;
 - xviii) Salientaram que a base de dados deve ser desenvolvida de modos a mostrar o nível e as tendências da corrupção no continente;
 - xix) Sublinharam a necessidade de harmonizar os programas dos Departamentos, incluindo a Agência de Planificação e Coordenação da NEPAD;
 - xx) Solicitaram à Comissão que apresentasse os custos dos projectos arquitectónicos e de construção da residência do Vice-Presidente para a apreciação no âmbito dos projectos especiais a serem financiados pelo Fundo para a Aquisição de Propriedades;

-
- xxi) Advertiram à Comissão a rever e a tomar providências aos parceiros que renegaram as suas promessas, causando interrupções à execução orçamental. As propostas orçamentais sobre os projectos não devem estar baseadas em suposições ou em financiamento sem garantias.
 - xxii) Salientaram que a formação deve basear-se na melhoria da eficiência operacional, a medida que se procura harmonizar e conformar as reuniões e os workshops com as decisões do CRP em relação ao número e orçamento alocado por ano.
 - xxiii) Observaram que algumas actividades propostas podiam ser melhor implementadas em conjunto ou a nível das CER. Por exemplo, o projecto Fouta Djallon podia ser implementado pela CEDEAO uma vez que as respectivas actividades devem ser executadas na África Ocidental.
 - xxiv) Sublinharam a necessidade dos Estados-membros apropriarem-se de algumas actividades pertinentes, tais como a celebração do Dia da Criança Africana;
 - xxv) Procuraram esclarecimentos sobre a questão de ter havido ou não disposições orçamentais para o Comité dos Dez; e
 - xxvi) Aconselharam que os programas prévios à cimeira da sociedade civil actualmente a cargo da CIDO devem ser executados pelo ECOSOCC, enquanto os projectos agrícolas no quadro do orçamento da NEPAD devem ser transferidos para a Economia Rural.

Respostas da Comissão

15. Em resposta, foi informado o seguinte:

- i) A Comissão manifestou-se igualmente preocupada pela baixa taxa de execução orçamental que continuou ao longo dos anos, porém, medidas abrangentes estavam a ser tomadas para fazer face ao problema.
- ii) Os parceiros, tais como a Bélgica e a Coreia do Sul indicaram a sua vontade de juntar-se ao Grupo de Parceiros da União Africana (AUPG) para o financiamento dos programas da UA, porém não cumpriram as suas promessas. A Espanha foi um forte apoiante ao financiamento dos programas da UA mas viveu uma grave crise financeira que a forçou a suspender o apoio.
- iii) Durante a inauguração do novo complexo de escritórios, a China declarou que havia de prestar assistência financeira à CUA, mas posteriormente comunicou que só podia prestar assistência em espécie e não em numerário, visto que são classificados de país em desenvolvimento.

-
- iv) A Comissão decidiu que apresentação de relatórios deve ser melhorada e desenvolveu um instrumento de elaboração de relatórios (AMERT), que irá garantir que os Departamentos apresentem relatórios sobre as suas actividades em curso e as actividades anteriores, antes de proporem novos projectos;
 - v) A Comissão instituiu um catálogo de custos em que o custo para a organização das reuniões ministeriais está padronizado, com os limites máximos de custo;
 - vi) Em relação ao défice de financiamento (Parte B) dos programas propostos, a Comissão explicou que continuava a discutir com os Parceiros no sentido de ultrapassar o problema do défice de financiamento. O Subcomité foi solicitado, em princípio, que recomendasse a aprovação das propostas orçamentais dos programas, para permitir que a Comissão continue a mobilizar fundos necessários até ao fim de 2013;
 - vii) Relativamente à dependência excessiva aos doadores, a Comissão informou que está a trabalhar numa estratégia de mobilização de recursos que, entre outros aspectos, irá envolver outros intervenientes, tais como o sector privado de África.
 - viii) Em relação ao financiamento dos parceiros, o objectivo final era o de encorajar os Parceiros para um apoio directo ao orçamento, por exemplo, em que os fundos são agrupados pela Comissão para financiar as prioridades determinadas pela Comissão. Há igualmente o financiamento comum onde os doadores colocam o dinheiro num fundo comum, mas reservado para projectos específicos;
 - ix) A parceria da UE era uma relação estratégica, que foi alargada para incluir os Estados-membros que presidem as reuniões de parceria, bem como as reuniões entre os dois Colégios de Comissários, que são realizadas anualmente tanto em Adis Abeba como em Bruxelas;
 - x) Em relação aos projectos sem garantia de fundos, é necessário uma aprovação provisória, uma vez que seria difícil negociar um financiamento com os parceiros, a menos que os projectos sejam aprovados pelos Estados-membros;
 - xi) O orçamento para o estúdio de transmissão relacionava-se ao equipamento que deveria ser disponibilizado pelo Governo da China;
 - xii) A Agência de Planificação da NEPAD estava a trabalhar em estreita colaboração com as CER e os Estados-membros no sentido de mobilizar fundos para os projectos de integração. Enquanto a Agência de Planificação da NEPAD e a Comissão existirem, a unidade de coordenação será um elemento regular no processo de orçamentação da UA.

-
- xiii) O Departamento da Mulher e Desenvolvimento do Género enfrentou problemas de financiamento em 2012. Grande parte do financiamento do seu programa foi obtida depois de Julho, o que explica a sua baixa taxa de implementação. O departamento do Género está associado à PAWO, porque é a principal organização continental da mulher, onde são tomadas decisões políticas de alto nível sobre a mulher. Embora os outros departamentos implementam os seus próprios programas, será necessário integrarem as questões do género nos seus programas;
 - xiv) Relativamente à construção do escritório do BIRA-UA em Nairobi, foi esclarecido que, decorriam negociações com a China para a construção de um escritório de 20 milhões de \$EU. A reunião foi informada sobre a existência de um Acordo de Sede entre a UA e o Quênia, e o Governo do Quênia tinha doado um terreno para este propósito.
 - xv) Apesar do CAADP tratar-se de uma agenda africana, infelizmente depende de fundos de parceiros. O ideal seria que o programa fosse integralmente financiado pelos Estados-membros a fim de garantir a sua sustentabilidade e fiabilidade. Os programas do CAADP foram harmonizados com os da NEPAD;
 - xvi) Em resposta ao pedido da necessidade de um orçamento de 1 milhão \$EU para comunicação, o Director do Departamento de Economia Rural e Agricultura (DREA) explicou que isto resulta de uma decisão do Conselho Executivo de proclamar o ano de 2014 como o Ano da Agricultura. Através de negociações, a Fundação Bill e Melinda Gates disponibilizou 3 milhões \$EU para actividades de promoção;
 - xvii) O representante do Departamento de Infra-Estruturas e Energia informou que o projecto de Energia Geotérmica iniciou com cinco países (Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) que já tinham dado alguns passos na geração da energia geotérmica. A segunda fase do projecto será estendida aos outros seis países (Burundi, Comores, Djibouti, Eritreia e Zâmbia);
 - xviii) Os parceiros sempre priorizaram o financiamento de projectos no âmbito da paz e segurança, assim como outras áreas de interesse, e não a projectos sociais e económicos;
 - xix) As línguas a serem promovidas pela Academia Africana de Línguas (ACALAN) incluem o Hausa, na África Ocidental, Tswana, na África Austral e Kiswahili, na África Oriental. Os parceiros não mostraram nenhum interesse neste projecto;
 - xx) As recomendações do estudo sobre o custo da fome serão implementadas através da Estratégia Africana para a Saúde;
 - xxi) A reunião foi igualmente informada que os programas de formação são organizados através de um Comité Consultivo sobre Formação que avalia

propostas apresentadas pelos vários Departamentos e faz recomendações de acordo com a sua relevância.

- xxii) A Comissão informou que houve uma dotação orçamental de **50.000 \$EU** para o Comité dos Dez no Departamento dos Assuntos Políticos.
- xxiii) Finalmente, foi informado aos participantes que os Comités Técnicos Especializados estarão operacionais em Janeiro de 2014.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO OPERACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014

16. A Comissão apresentou um orçamento operacional que totaliza **97,649,607 \$EU**, o que representa um aumento de 5.13% em relação ao orçamento de 2013, sendo 73% para Custos com o Pessoal, 24.6% para Custos operacionais e 2% para Despesas de Capital.

Comentários dos Estados-membros

17. Durante os debates, os Estados-membros formularam os seguintes comentários:
- (i) A lista dos funcionários e dos seus dependentes deve ser actualizada e anexada ao documento de trabalho;
 - (ii) Procuraram esclarecimento sobre o motivo do orçamento para subsídio de renda de casa ser elevado;
 - (iii) Procuraram esclarecimento sobre quais as razões por que a Comissão faz sempre referência à Estrutura de Maputo, mas existem alguns postos nessa Estrutura que não estão preenchidos há mais de 10 anos; A Comissão estava, pelo contrário, a recrutar Pessoal de Serviços Gerais em detrimento da plena operacionalização da Estrutura de Maputo.
 - (iv) A Comissão deve preparar um plano de recrutamento para os próximos três anos e conseqüente recrutamento deve ter em conta o sistema de quotas, bem como a disponibilidade de fundos, considerando o tecto de aumento orçamental anual de 5%;
 - (v) A CUA deve responder ao interesse do Governo da China para a manutenção e melhoria das instalações.
 - (vi) Solicitaram esclarecimentos das razões que levam a Comissão a continuar a orçamentar despesas de arrendamento após a mudança para as novas instalações;
 - (vii) Os Estados-membros manifestaram preocupação em relação à proposta da realização de algumas actividades de formação fora do Continente e aconselharam que os Estados-membros têm capacidade para dar formações;

Resposta da Comissão

18. A Comissão forneceu os seguintes esclarecimentos:

- (i) A CUA deve entrar em contacto com o Governo da China para a renovação do Edifício C, contudo, caso isto falhar, será utilizado o Fundo para a Aquisição de Propriedades;
- (ii) O orçamento proposto para o arrendamento de Instalações serviu para o arrendamento de escritórios no Cairo, Washington e Bamaco, bem como para a residência do Vice-Presidente e o Armazém da UA no Edifício Addis Export próximo da Embaixada do Vaticano (Adis Abeba);
- (iii) Foi proposto que, caso um fundo adicional de 50.000 \$EU fosse adicionado ao actual arrendamento anual a ser pago para o Edifício Adis Export de 156.000 \$EU, podia ser construído um armazém permanente no espaço de terra disponível no complexo da UA, poupando assim que a Comissão pague uma renda anual.
- (iv) A lista de pessoal e seus dependentes será aprovada, actualizada e apresentada aos Estados-membros;
- (v) Como um benefício estatutário, o subsídio de renda de casa é calculado com base no número de postos orçamentados. Ele muda quando um novo funcionário é recrutado ou quando o funcionário passa para uma categoria superior, o que resulta no aumento do subsídio de renda de casa.
- (vi) A Comissão reconhece haver programas de formação fora do Continente e afirmou que a situação seria corrigida.

OUTROS ÓRGÃOS DA UA

19. Todos os outros Órgãos da UA apresentaram as suas propostas orçamentais para o exercício de 2014, procurando respeitar o tecto de 5%.

Observações dos Estados-membros

20. O Subcomité formulou as seguintes observações e comentários:

- i) Indagou sobre os países que acolheriam o Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança;
- ii) Os Estados-membros devem gradualmente apropriar-se dos Órgãos;
- iii) Observou a forte dependência aos Parceiros Internacionais para financiar os Órgãos e apelou aos Estados-membros a apropriarem-se das Instituições gradualmente.
- iv) Reconheceu que não havia disposições de actividades de defesa nas propostas orçamentais do Tribunal e aconselhou que as actividades de sensibilização e promoção devem figurar mais no orçamento;

- v) O Tribunal deve considerar a possibilidade da redução de despesas de deslocações em serviço e dar prioridade às suas actividades, dando ênfase ao recrutamento;
- vi) O tribunal foi aconselhado a apresentar um orçamento comparativo e indicar a repartição dos custos;
- vii) Deve haver um programa de sensibilização para garantir a visibilidade do Conselho Consultivo contra a Corrupção;
- viii) O Conselho Consultivo contra a Corrupção deve estabelecer ligações com os organismos nacionais de combate à corrupção;
- ix) Parece haver algumas sobreposições das actividades da Comissão da União Africana do Direito Internacional em relação ao Gabinete do Conselheiro Jurídico.

Respostas dos Órgãos

21. Os Órgãos da UA forneceram os seguintes esclarecimentos:

- (i) Os países que se ofereceram para sediar o secretariado do Comité Africano de Peritos dos Direitos e Bem-Estar da Criança (ACERWC) foram o Burkina Faso, Quênia e Botswana;
- (ii) Em relação às ligações com os organismos nacionais de combate à corrupção, o Conselho Consultivo contra a Corrupção informou que estava a prestar apoio às comissões nacionais nos respectivos Estados-membros;
- (iii) Um desafio para a Comissão da União Africana do Direito Internacional foi em relação às solicitações a si feitas para funcionar muitas vezes depois do orçamento ter sido aprovado;
- (iv) Não há sobreposição de actividades entre a CUADI e o Conselho Jurídico. O mandato da CUADI era o de assessorar a União em matéria de direito internacional, enquanto o Gabinete do Conselheiro Jurídico assessora a CUA em questões jurídicas internas.

IMPLICAÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO DE 2014 NA AVALIAÇÃO DOS ESTADOS-MEMBROS

22. O Director de PBFA informou os Estados-membros que a avaliação global dos Estados-membros em relação ao orçamento para o exercício de 2014 é 7,5% que é superior ao tecto de 5%. Tendo em conta o que precede, três cenários estão a ser propostos pela Comissão para a apreciação do Subcomité, conforme indicado abaixo:

Cenário 1 – Aumento na contribuição estatutária dos Estados-membros em **4,26%**, incluindo apenas o impacto do aumento de 5% no salário básico dos funcionários de 2.590.000 \$EU e excluindo as Taxas de Licença de Usuários dos serviços SAP e VSAT de 1.576.329 \$EU a ser financiado do Fundo Geral, custo de manutenção das instalações e orçamento para os serviços de segurança situado em 2.105.986 a ser financiado do Fundo para a Aquisição de Propriedades, bem como a melhoria das instalações situado em 876.619 \$EU a ser solicitado da China

Cenário 2 – Aumento da contribuição estatutária dos Estados-membros em **3,87%**, excluindo o impacto do aumento de 5% nos salários básico dos funcionários de 2.590.000 \$EU a ser financiado do Fundo Geral, custo de manutenção das instalações e orçamento para os serviços de segurança situado em 2.105.986 a ser financiado do Fundo para a Aquisição de Propriedades, bem como a melhoria das instalações situado em 876.619 \$EU a ser solicitado da China.

Cenário 3 – Aumento da contribuição de 2,59% como resultado da utilização de 4.166.329,00 do Fundo Geral em relação ao impacto do aumento do salário em 5% e das Taxas de Licença de Usuários dos serviços SAP e VSAT, custo da manutenção das instalações e orçamento para os serviços de segurança situado em 2.105.986 para o Fundo para a Aquisição de Propriedades, bem como a melhoria das instalações situado em 876.619 \$EU a ser solicitado da China.

Observações dos Estados-membros

23. Após deliberações mais aprofundadas, o cenário 3, de 2,59%, foi recomendado como a opção mais adequada para a contribuição dos Estados-membros.

Recomendações

24. O Subcomité formulou as seguintes recomendações:

- (i) **A documentação fornecida aos Estados-membros para o debate do orçamento deve ser um único documento consolidado que está disponível em todas as línguas de trabalho da UA.**
- (ii) **Foi recomendado um orçamento total de 303.298.375,00 \$EU para o exercício de 2014 para a União Africana, sendo 133.134.958,00 \$EU para custos Operacionais (44%) e 170.163.418,00 \$EU para os Programas (56%);**
- (iii) **Recomendou-se o financiamento do orçamento pelas contribuições estatutárias dos Estados-membros de 126.050.898,00 \$EU e dos Parceiros Internacionais de 170.098.545,00 \$EU.**
- (iv) **Além disso, recomenda-se a aprovação de um orçamento para Projectos Especiais no valor de 24.241.656,00 \$EU, Fundos de Repasse no valor de 90.536.525,00 \$EU e Assistência Técnica no valor de 37.763.663,00 \$EU para a União e a Comissão foi autorizada a mobilizar fundos necessários junto dos Parceiros;**

-
- (v) **A Comissão deve solicitar fundos junto dos Parceiros para colmatar o défice financeiro de 78.185.573,00 (29.878.153,00 \$EU para os Programas regulares e 48.307.420,00 \$EU para os projectos especiais) no Orçamento dos Programas até finais de 2013 e dar o feedback da situação do CRP antes da Cimeira em Janeiro de 2014.**
 - (vi) **O Subcomité recomendou igualmente autorização para utilizar 4.166.329,00 \$EU do Fundo Geral como resultado do impacto do aumento salarial de 5% e das Taxas de Licença de Usuários dos serviços SAP e VSAT;**
 - (vii) **Foi recomendado o financiamento do custo de manutenção das instalações e o orçamento para os serviços de segurança no valor de 2.105.986,00 \$EU através do Fundo para a Aquisição de Propriedades;**
 - (viii) **A Comissão poderá igualmente negociar com a República Popular da China para a renovação do Edifício C e outros custos relacionados com a melhoria das instalações, num montante estimado em 876.619,00 \$EU;**
 - (ix) **O Subcomité recomendou igualmente que o CRP utilize o Fundo para a Aquisição de Propriedade, a fim de construir um Armazém no terreno disponível no complexo, com um custo máximo de 200.000 \$EU.**
 - (x) **O Subcomité recomendou ainda ao CRP que havia necessidade de conceder excepção à NEPAD do cumprimento do tecto de 5% sobre o orçamento a fim de aumentar gradualmente as contribuições dos Estados-membros no seu orçamento operacional; Solicita-se igualmente à NEPAD a submeter as suas propostas orçamentais ao CRP sobre o custo com pessoal para o exercício de 2014 para a sua apreciação.**
 - (xi) **O Subcomité recomendou a alocação dos fundos dos Estados-membros nas actividades continentais pertinentes, tais como a celebração do Dia da Criança Africana.**
 - (xii) **A União deve estudar a possibilidade de financiar algumas das propostas orçamentais dos órgãos, em vez de transferir esta responsabilidade aos parceiros e solicita à Comissão a apoiar os outros Órgãos a incluir fundos dos Estados-membros para algumas das suas actividades.**
 - (xiii) **O processo de recrutamento deve ser esclarecido através de um plano de recrutamento de três anos, tendo em conta um sistema de quotas. O recrutamento do pessoal de serviços gerais deve ser descontinuado, a medida que a Estrutura de Maputo é implementada.**

-
- (xiv) **A Comissão foi solicitada a racionalizar as formações e os workshops, e a olhar para o continente antes de considerar as instalações de fora.**
 - (xv) **A construção da residência do Vice-Presidente deve ser feita após o envio dos projectos arquitectónicos e dos custos de construção ao CRP, mas as dos Comissários devem ser diferidas por enquanto.**
 - (xvi) **A Comissão deve estudar a possibilidade de criar um Fundo de Implementação de Programas a ser capitalizados através de contribuições voluntárias dos Estados-membros, sector privado, fundações independentes, parceiros de desenvolvimento e outras fontes apropriadas. A Comissão foi solicitada a fazer recomendações apropriadas sobre a utilização de uma certa percentagem do Fundo Geral para este propósito.**
 - (xvii) **Solicitou uma auditoria independente do Escritório do BIRA.**
 - (xviii) **A Comissão foi solicitada a submeter uma proposta em matéria de políticas para reforçar a monitorização e avaliação, a fim de facilitar a implementação e o resultado do programa dos Órgãos.**
 - (xix) **A Comissão também foi solicitada a encontrar uma solução para a dissolução do Conselho Supremo para o Desporto em África (SCSA) antes das actividades serem incorporadas nas do Departamento de Assuntos Sociais.**
 - (xx) **A Comissão deve encontrar solução para os requisitos de financiamento das actividades que se enquadram nos projectos Sociais e Económicos.**
 - (xxi) **O Observatório para a Educação em África deve estar harmonizado e ser administrado no âmbito do CIEFFA e do IPED. Portanto, a Comissão é solicitada a reforçar a capacidade dos dois para cumprirem com os seus mandatos.**
 - (xxii) **No futuro, o Subcomité de Programas e Conferências deve aprovar todas as propostas de projectos antes da discussão do orçamento.**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: AU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Terceira Sessão Ordinária

19 – 23 de Maio de 2013

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/785(XXIII)i(b)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DO RETIRO CONJUNTO DA COMISSÃO DA UA E
DO SUB-COMITÉ CONSULTIVO DO CRP SOBRE QUESTÕES
ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS**



Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 5517 700
Cables: OAU, ADDIS ABABA Fax: 251-11-5513039

**RETIRO CONJUNTO DA COMISSÃO DA UA
E DO SUB-COMITÉ CONSULTIVO DO CRP DAS
QUESTÕES ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTAIS
E FINANCEIRAS
27 DE FEVEREIRO - 2 DE MARÇO DE 2013
ZANZIBAR - REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA**

**RELATÓRIO DO RETIRO CONJUNTO DA COMISSÃO DA UA E
DO SUB-COMITÉ CONSULTIVO DO CRP SOBRE QUESTÕES
ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS**

**RELATÓRIO DO RETIRO CONJUNTO DA COMISSÃO DA UA E DO SUB-COMITÉ
CONSULTIVO DO CRP SOBRE QUESTÕES ADMINISTRATIVAS,
ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS**

A. INTRODUÇÃO

1. O Retiro Conjunto da Comissão da UA e do Sub-Comité Consultivo de CRP sobre as Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras foi realizado a partir de 27 de Fevereiro a 2 de Março de 2013 em Zanzibar, República Unida da Tanzânia, para discutir as questões administrativas e financeiras com vista a criar um ambiente favorável para a Comissão melhorar a sua eficiência e eficácia operacional.

B. PRESENCAS

2. A reunião, que foi co-presidida pelo Embaixador da República de Sierra Leone, S. Excia., o Sr. Andrew Bangali e a Embaixadora do Botswana, S. Excia., a Sra. Mmamosadinyana Molefe, participaram os seguintes Estados-membros:

- i. Argélia
- ii. Angola
- iii. Benim
- iv. Botswana
- v. Burkina Faso
- vi. Burundi
- vii. Camarões
- viii. Chade
- ix. Congo
- x. Côte d'Ivoire
- xi. Republica Democrática de Congo
- xii. Egipto
- xiii. Guiné Equatorial
- xiv. Etiópia
- xv. Gabão
- xvi. Gâmbia
- xvii. Gana
- xviii. Quênia
- xix. Lesoto
- xx. Libéria
- xxi. Líbia
- xxii. Malawi
- xxiii. Mali
- xxiv. Mauritânia
- xxv. Maurícias
- xxvi. Namíbia
- xxvii. Níger

- xxviii. Nigéria
- xxix. Ruanda
- xxx. República Árabe Saharaui Democrática
- xxxi. Senegal
- xxxii. Seychelles
- xxxiii. Sierra Leone
- xxxiv. Sudão do Sul
- xxxv. Sudão
- xxxvi. Tanzânia
- xxxvii. Togo
- xxxviii. Tunísia
- xxxix. Uganda
- xl. Zâmbia
- xli. Zimbabwe

C. ABERTURA

3. No seu discurso de boas-vindas, o Vice-presidente da Comissão da UA, S. Excia., o Sr. Erastus Mwencha, agradeceu a todos os Estados-membros pela participação no Retiro. Mencionou que a participação de mais de 80% dos Estados-membros demonstram o compromisso do Sub-Comité para o trabalho da União Africana.

4. O Vice-presidente chamou a atenção do Sub-Comité para o novo Plano Estratégico da Comissão de 2014 - 2017, que apelou para novas formas de condução de negócios na Comissão. Frizou que o Plano Estratégico veio na véspera da celebração dos 50 anos de existência da Organização e no que se espera adiante nos próximos 50 anos. Realçou quatro (4) áreas-chave de resultado do Plano a saber: eficiência; eficácia; a responsabilização; e de sustentabilidade.

5. O Vice-presidente falou sobre as enormes expectativas da Comissão por parte dos povos de África. Houve uma crise de expectativas que não foi acompanhada pelo mandato conferido à União Africana. No entanto, elogiou os esforços da Organização nas áreas de libertação e de paz e segurança. Afirmou que a integração não tinha sido concebida para a Organização na época; que tinha sido deixado para as comunidades regionais. A União Africana tinha agora se tornado o porta-voz principal do continente em questões de paz e segurança.

6. O Vice-presidente prestou uma homenagem ao Sub-Comité pela sua contribuição nos últimos quatro anos. Indicou que, como resultado do relatório de Adedeji, houve melhorias nas áreas tais como:

- Melhoria de métodos de trabalho;
- Melhoria da coesão social e da coordenação entre a UA e as Comunidades Económicas Regionais (CER);
- Relacionamento melhor e estruturado com parceiros;

- Mais coordenação e relacionamento estruturado com a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) e com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

7. De acordo com o Vice-presidente, a Comissão já tinha se distânciado de orçamentar com base em actividades para um orçamento baseado em resultados tendo como base o Plano Estratégico. O que era agora encorajador é que as contribuições orçamentais dos Estados-membros eram de 80%. Lamentou no entanto, a alta taxa de contribuições de parceiros para o financiamento do orçamento de programas, que era de 93%, resultando assim, na falta de apropriação adequada.

8. Mencionou as práticas financeiras e de contratos de aprovisionamento inadequados que levaram a uma quantidade significativa de cerca de 300 milhões de dólares dos EUA não serem contabilizados.

9. O Vice-presidente falou igualmente sobre a questão de haver reuniões demasiadas, que estavam criando desafios na planificação e na implementação. Todavia, disse que a maioria dos resultados práticos emanava das tais reuniões. Mencionou igualmente o facto de o pessoal realizar demasiadas missões ficando com pouco ou mesmo sem tempo para a implementação dos resultados das ditas reuniões.

10. No que diz respeito a questão da tecnologia, foi com satisfação que informou o Sub-Comité sobre o uso do software como o SAP na melhoria da eficiência dos processos administrativos e financeiros.

11. Além disso, o Vice-presidente sublinhou a importância da proposta da mudança das práticas contabilísticas actuais para as Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (IPSAS). Mencionou algumas vantagens que seriam obtidas com a adopção de IPSAS e outras mudanças organizacionais tais como:

- i) A gestão do risco;
- ii) Uso eficiente e manutenção de activos.
- iii) Mudanças estruturais para serem baseadas no plano estratégico;
- iv) Trabalhar na questão da monitorização e avaliação dos programas;
- v) Melhorar o processo de planificação bem como a monitorização interna e controlo.

D. AGENDA

12. O Programa para o Retiro foi aprovado da seguinte forma:

- a) Sessão de Boas Vindas
- b) Reformas do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira da Comissão da UA - Assuntos, Realizações e Desenvolvimentos Futuros
- c) Adopção das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (IPSAS) – Impacto e Estratégias para Implementação.
- d) Consideração da Execução Orçamental de IPSAS.
- e) Procedimentos Orçamentais da UA e os processos de revisão.

- f) Proposta de Revisão das Regras e Regulamentos Financeiros - Destaques em áreas de mudanças significativas.
- g) Estado de Implementação de SAP-ERP – Progresso, Benefícios e Desafios.
- h) Reformas de Recursos Humanos e Consideração de Termos de Referência Propostos para Revisão Abrangente do Salário e Subsídios da UA.
- i) Entender o Relatório Anual Financeiro da Comissão da UA - Formato, Apresentação, o Conteúdo e as Alterações.
- j) Proposta da introdução de novas Políticas Fiduciárias pela Comissão da UA - Gestão de Riscos e Anti-Corrupção.
- k) Projecto de Segurança da Sede da UA e Consideração do respectivo orçamento.
- l) Análise dos Métodos de Trabalho e adopção do Programa Annual de Trabalho do Sub-Comité para 2013.

REFORMAS DE SISTEMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NA COMISSÃO - ASSUNTOS, REALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

13. O Chefe Adjunto do Gabinete no Escritório do Vice-residente fez uma apresentação sobre o tema acima. Frizou que o mandato fundamental da Comissão era de coordenar o funcionamento eficaz da UA e dos seus órgãos. Um dos principais desafios era a necessidade de transformar as estruturas institucionais que haviam sido herdadas da OUA. Consequentemente, uma auditoria institucional foi realizada em 2007 por um alto painel de peritos, que concluiu que havia falta de clareza no estabelecimento, o escopo das actividades estava demasiado espalhado amplamente para que ela seja eficaz; e que a gestão precisa de ser melhorada. O relatório ainda recomenda uma revisão completa da Gestão Financeira e de Sistemas de Gestão de Recursos Humanos na Comissão.

14. Houve outras avaliações institucionais desenvolvidas, bem como os relatórios de auditoria interna e externa, que reforçaram a necessidade de reformar a CUA como órgão central da União para torná-la mais eficiente e eficaz. Estas incluíram a Avaliação dos Cinco Pilares e o Roteiro para os relatórios de Apoio ao Programa os quais foram realizados em 2010.

15. O Adjunto Chefe do Gabinete referiu que os objectivos gerais das iniciativas de reforma eram de fortalecer a capacidade e melhorar a eficiência e a eficácia operacional da Comissão; promover ligações de sinergias e boas relações de trabalho com todos os órgãos da UA; promover uma cooperação eficaz e de colaboração com os Estados-Membros e com as CERs; e promover parcerias estratégicas para alavancar fontes sustentáveis de financiamento e vantagens comparativas.

16. Para operacionalizar a estratégia, a Comissão identificou quatro áreas como o foco da capacitação nomeadamente, o Desenvolvimento de Recursos Humanos e Gestão; Planificação Estratégica, Elaboração e Implementação de Políticas; Gestão

Financeira e Orçamental; e Cultura Organizacional e Organização para o Desenvolvimento.

Comentários dos Estados Membros

17. A Presidente implorou aos membros do Sub-Comité para examinar os desafios proporcionados pelas apresentações e ver como é que poderiam ser abordados. Os Estados-membros deveriam portanto, ver como poderiam ajudar a Comissão a enfrentar esses desafios.

18. Durante as discussões, os Estados-membros fizeram os seguintes comentários:

- i) A Comissão deve avaliar cuidadosamente o trabalho dos parceiros e não permitir que estes usem a Comissão para os seus próprios fins.
- ii) Embora a informação fosse muito importante, ainda existiam problemas cruciais, como a falta de documentação que deu credibilidade à falta de confiança ou de confiança na Comissão.
- iii) Questionaram o que é que a Comissão tinha feito na área de modernização que tinha sido aprovada.
- iv) Os Estados-membros estavam a gastar muito dinheiro com o VSAT e que havia uma necessidade de-incutir alguma disciplina na gestão financeira da Comissão, a fim de evitar fraudes.
- v) Houve igualmente a necessidade de resolver a crise da falta de confiança e de confiança entre a CUA e os Estados-membros assim como entre os parceiros e a CUA.
- vi) Quiseram saber quem eram os 140 campeões de mudança.
- vii) A Comissão deveria melhorar a priorização de programas em vez de querer assumir várias actividades sem ser capaz de executá-las.
- viii) Sistemas de Monitorização e Avaliação devem ser bem analisados e melhorados;
- ix) Quais foram os critérios utilizados no redimensionamento de projectos para cerca de 40%?
- x) Se a Comissão já olhou duma forma crítica nas recomendações dos diversos relatórios tais como os relatórios de Adedeji e de Ernst and Young.
- xi) Os Estados Membros quiseram saber o que é que a CUA havia feito para preencher a quota de pessoal de todos os Estados Membros, e que alguns Estados Membros não estavam recebendo informação sobre o estado da sua quota.
- xii) Os Estados Membros e a Comissão deveriam sentar-se juntos e resolver a questão de falta de confiança, de modo que toda a percepção de confiança fosse apagada.
- xiii) A Comissão nunca envia carta de reconhecimento aos candidatos que procuram emprego.
- xiv) Tanto o Estatuto e Regulamento e as Regras e Regulamentos Financeiros não são plenamente aplicados, criando assim uma série de indisciplina.

- xv) Perguntaram o porquê a CUA não tinha uma Lista Telefónica como é o caso das outras organizações como as Nações Unidas.
- xvi) O mandato da CUA foi expandido para além da sua capacidade, tornando se assim impossível para a Comissão resolver todas as questões a tempo.
- xvii) Com a ampliação do mandato da Comissão, as áreas tais como o Escritório do Secretário-Geral precisa de ser proporcionado com os recursos humanos adequados.
- xviii) O processo de recrutamento ainda continua lento Comissão.
- xix) Que esforço a Comissão está a empreender para limpar a percepção da falta de transparência?
- xx) Por que é que a Comissão continuava a trabalhar com Parceiros que não disponibilizaram financiamento conforme o prometido?
- xxi) A Comissão deveria começar a depender de recursos gerados dentro do continente e não depender dos parceiros. Recordaram a decisão que nomeou o Comité Obasanjo para procurar fontes alternativas de financiamento da União.
- xxii) Alguns dos parceiros violaram o compromisso da sua promessa de providenciar fundos.
- xxiii) Os parceiros não devem ser autorizados a fazer auditoria de programas executados pela Comissão.
- xxiv) A prioridade deve ser dada aos projectos que servem para o interesse de África.

Respostas da Comissão

19. A Comissão respondeu às preocupações acima da seguinte forma:

- i) Houve uma série de desafios em matéria de comunicação, mas isso foi melhorado consideravelmente nos últimos tempos.
- ii) Houve melhoria considerável na gestão financeira da Missão da UA na Somália (AMISOM) em comparação com a situação da AMIS.
- iii) A Comissão usa o feedback obtido para melhorar a comunicação com os Estados-membros no sentido de eliminar a desconfiança existente entre os dois.
- iv) Esclareceu que os Campeões de Mudança eram os funcionários que haviam sido formados em todos os novos processos que foram introduzidos na Comissão.
- v) A Comissão esperava que o Retiro fosse proporcionar uma oportunidade para tratar dos vários desafios.
- vi) Havia uma necessidade de tratar das responsabilidades ou de mandato expandidos à Comissão.
- vii) O Instrumento de Monitorização, Avaliação e Relatório Africano (AMERT) foi desenvolvido pela Comissão para ajudá-la na planificação de programa, avaliação de plano de trabalho e relatórios.
- viii) O desafio de percentagem do orçamento financiado pelos Parceiros e os Estados-Membros deve ser debatido.
- ix) O relatório da Ernst and Young era para tratar do seguinte:

- a) As normas internacionais de contabilidade;
 - b) As normas de auditoria - Proposta para se ter empresas privadas de Auditoria para fiscalizar os fundos dos parceiros foi aceite enquanto os fundos dos Estados Membros devem ser auditados pelo Conselho de Auditores Externos;
 - c) As Normas de Auditoria Interna – frizou que a Carta de Auditoria aprovada já havia sido implementada, enquanto o Comité de Auditoria estava a ser estabelecido;
 - d) Normas de Aquisições - Regras e regulamentos em matéria de aprovisionamento são neste momento adequados. No entanto, a Unidade carece ainda duma equipa adequada;
 - e) Gestão de subvenção - Não havia nenhuma regra para orientar o pessoal. Um Manual foi recentemente desenvolvido e logo que for verificado e completado, os Estados Membros serão distribuídos cópias.
- x) Tocando na eficiência e eficácia, o Vice-Presidente recordou ao Sub-Comité para olhar a questão de trabalhar em cinco línguas comparado à Organização das Nações Unidas e da União Europeia, que tem várias línguas oficiais, mas trabalham com apenas duas línguas.
 - xi) No que diz respeito à questão das quotas, as posições vagas são preenchidas com base nas qualificações e experiência dos candidatos, tomando em consideração o estado da quota dos países onde os candidatos são oriundos.
 - xii) A questão do crescimento do orçamento em 5% apresenta outro desafio às vezes levando à incapacidade da Comissão de propor novos programas.

Recomendações

20. O Sub-Comité recomendou o seguinte:

- i) Há necessidade duma reunião entre o Sub-Comité para o Programa e Conferências e o Sub-Comité de Finanças, Administração e Questões Orçamentais no sentido de alinhar programas.
- ii) O calendário de orçamento de 2014 deve ser distribuído para os Estados-Membros.
- iii) Os relatórios de desempenho do orçamento devem ser feitos em cada semestre.
- iv) Havia uma necessidade de melhorar as capacidades da Comissão com vista às suas responsabilidades e mandatos expandidos.
- v) Os Estados-membros e a Comissão devem sentar-se juntos e resolver a questão de falta de confiança, de modo que toda a percepção de confiança seja abordada.
- vi) O processo de recrutamento da Comissão deve ser melhorado e acelerado e duma forma mais transparente.
- vii) A Comissão deveria melhorar a priorização dos seus programas, em vez de assumir tantas actividades sem capacidade de execução.
- viii) Os Estados-membros deverão ser informados periodicamente sobre o estado da sua quota de pessoal.

- ix) A Comissão deveria informar aos Estados Membros para encorajarem aos nacionais qualificados a candidatarem se para as posições vagas.

ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DO SECTOR PÚBLICO (IPSAS) – IMPACTO E ESTRATÉGIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO

21. O Director de Programação, Orçamento, Finanças e Contabilidade da CUA apresentou o documento sobre a adopção de IPSAS pela União Africana. Informou ao Sub-Comité de que a União tinha adoptado IPSAS em Janeiro de 2013 conforme foi mandatado pelo Conselho Executivo e aprovado pela Conferência. O Director mencionou que o objectivo de IPSAS era de harmonizar a elaboração de relatórios financeiros, a fim de melhorar a transparência, promover a eficiência e a comparabilidade das demonstrações financeiras. Frizou ainda que a adopção de IPSAS representaria uma mudança organizacional profunda que exigiria um investimento significativo em formação de pessoal, comunicação, e nos sistemas de informação.

22. O Director explicou que a adopção de IPSAS exigiria alterações de diversas disposições das Regras e Regulamentos Financeiros da UA. Mencionou 12 normas que teriam o impacto mais significativo, nomeadamente:

IPSAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

IPSAS 2 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPSAS 3 – Políticas de Contabilidade, Mudanças de estimativas incantabilizáveis e erros,

IPSAS 4 – Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio

IPSAS 9 – Receitas de Operações de Câmbio

IPSAS 12 – Inventários

IPSAS 13 – Locações

IPSAS 17 – Activo Fixo tangível

IPSAS 19 – Provisões, activos e passivos contingentes

IPSAS 23 – Receita de Transações Não-Cambiáveis

IPSAS 24 – Apresentação de Informação Orçamental nas Demonstrações Financeiras

IPSAS 25 – Benefícios de Trabalhadores

Comentários dos Estados Membros

23. Durante as discussões, os membros do sub-comité fizeram as seguintes observações e comentários:

- (i) Os Estados Membros estão preocupados com a qualidade dos auditores externos. A formação deveria ser um processo contínuo e não um evento único.
- (ii) A ênfase deveria ser colocada sobre a formação de formadores, a fim de reduzir custos.

- (iii) Qual seria o período de execução de IPSAS, os Estados-membros na sua opinião esperavam que o SAP iria reduzir o uso de papel que não tem sido o caso. O que aconteceria com a adopção de IPSAS?
- (iv) Tendo em conta os problemas que já foram associados com o SAP, especialmente nos Escritórios Regionais, que medidas a Comissão iria colocar em prática para evitar a resistência.
- (v) Quais seriam as implicações financeiras se os parceiros se dissociarem?
- (vi) Poderia a Comissão manter os serviços das duas equipas depois da implementação de IPAS e como é que isso afectaria a estrutura?
- (vii) Seria possível para os Estados-membros terem alguma formação em IPSAS?
- (viii) Será que as disposições do Estatuto e de Regulamento do Pessoal irão igualmente mudar tendo em vista as mudanças previstas nas regras e regulamentos financeiros uma vez que foi dito que IPSAS afectará a responsabilidade de benefícios do trabalhador?
- (ix) O recrutamento futuro de Oficiais de Finanças deve basear-se no conhecimento de IPSAS, tendo em vista o alto custo da formação.
- (x) Uma vez que IPSAS necessita de desafios organizacionais em termos de formação, sistemas de gestão de informação, haverá alguma disposição orçamental?

Respostas da Comissão

24. Em resposta às preocupações e comentários dos Estados-membros, a Comissão respondeu da seguinte forma:

- (i) O Artigo 109º das Regras e de Regulamento Financeiro explica a qualificação dos Membros do Conselho de Auditores Externos.
- (ii) A formação seria contínuo e adaptados para diversos intervenientes.
- (iii) As três abordagens que estão a ser adoptadas para a formação seriam mais baratas do que o envio de pessoal para cada Escritório Regional.
- (iv) A forma como a informação financeira é captada iria mudar sob IPAS mas não irá afectar materialmente a concepção do sistema corrente.
- (v) Existem sistemas alternativos que a Comissão irá apresentar para fazer interface com o SAP em escritórios que não são considerados viáveis para implantação do SAP.
- (vi) As Férias Acumuladas do Pessoal seriam captadas como passivo na Folha de Balanço da União sob IPSAS.
- (vii) Há alguns aspectos de IPSAS que tocam as disposições essenciais das Regras e Regulamentos Financeiros.
- (viii) O Chefe da Força-de-Tarefa para a Implementação seria o Chefe da Divisão de Contabilidade de PBFA e não o Coordenador. O Coordenador iria apenas facilitar a execução e prestação de apoio administrativo.
- (ix) Após a implementação do projecto, as duas posições recrutadas ao abrigo do projecto IPSAS deixaria de existir.
- (x) A adopção de IPSAS irá melhorar a qualidade da informação financeira e optimizar a avaliação de desempenho.

Recomendações

25. O Sub-comité fez as seguintes recomendações antes de encerrar.
- i) Há uma necessidade dos Estados-membros nomearem auditores que tem conhecimento em matéria de IPAS para fazerem parte do Conselho de Auditores Externos.
 - ii) A formação deve ser um processo contínuo e não um evento único.
 - iii) A Comissão deve se oferecer para proporcionar cursos de reciclagem para os auditores sobre as IPSAS.
 - iv) A ênfase deve ser colocada sobre a formação de formadores de IPAS a fim de reduzir custos.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DE IMPLEMENTAÇÃO DE IPSAS

26. O Director de PBFA apresentou para consideração, o orçamento de implementação de IPSAS. Deu o orçamento total para a implementação de IPSAS para 2013 e 2014, como 816,220.00\$EU e dos 679,443.00\$EU respectivamente. O Director deu a repartição do orçamento, como custo de contratação de Coordenador de IPSAS ao nível de P4; Contabilista de IPSAS do nível P2; Assessoria, formação, reuniões de supervisão, comunicação, equipamentos e outras despesas diversas.

Recomendações

27. Na sequência da apresentação do Director de PBFA, o Sub-Comité recomendou para aprovação do CRP um orçamento de 1.495.663,00\$EU para a implementação de IPSAS a ser financiado pelos parceiros.

ORÇAMENTO ANUAL DA UA – PROPOSTA DE PROCEDIMENTOS ORÇAMENTAIS E PROCESSOS DE REVISÃO

28. O tema acima foi apresentado pelo Chefe de Divisão de Programação e Orçamento da Direcção de PBFA. Ele explicou para o Sub-Comité dos vários processos que são seguidos na elaboração do orçamento.

29. A União tem um orçamento unificado classificado em orçamento de Funcionamento e de Programa. Todos os órgãos e departamentos da União são responsáveis pela preparação de suas estimativas orçamentais. As Direcções de PBFA e de AHRM funcionam como líderes na preparação do orçamento de Funcionamento da Comissão da UA, enquanto o Departamento de Planificação de Política Estratégica, Monitorização, Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM), lidera a preparação de orçamento de Programa da Comissão. O orçamento geral da União é validado e consolidado pela Direcção de PBFA em nome do Oficial de Contabilidade da União e daí apresentado aos órgãos deliberativos para a revisão e aprovação. A apresentação destacou igualmente os desafios com o processo actual e áreas de melhoria.

Desafios

- Ausência dum quadro claro que orienta mutuamente a Comissão e os órgãos políticos no processo de orçamento e revisão;
- Falta de clareza de prioridades do programa da Comissão da UA;
- Processo de revisão orçamental prolongada;
- Documentação enorme do orçamento, resultando em excesso de informação;
- Constrangimentos de financiamento particularmente de Parceiros têm afectado negativamente a taxa da execução do orçamento do programa.

Melhoria no processo da revisão do orçamento:

- Melhorar o documento do Quadro Orçamental para incluir projectos e programas prioritários, as implicações de custo, fonte de financiamento, o tecto orçamental, a fim de evitar o excesso de programas ambiciosos que não podem ser financiados e para mostrar que a alocação do orçamento reflecte ou é compatível com a capacidade de absorção dos Órgãos da UA e ao Quadro de Despesas a Médio Prazo;
- Estabelecimento de um comité de revisão orçamental interno para garantir a qualidade das propostas de orçamento;
- Quadro de revisão do Orçamento pelo órgão de supervisão:
- Se o orçamento proposto está dentro do limite estabelecido;
- Para garantir que os programas / projectos foram propostos dentro do quadro estratégico;
- Quais são os resultados esperados a partir do orçamento proposto;
- Se as metas estabelecidas no orçamento do programa são realizáveis no período do orçamento determinado dado a capacidade de absorção dos implementadores;
- Pressupostos / riscos considerados na formulação do orçamento;
- Os métodos de custo seguidos na informatização as cifras orçamentais; Integralidade da documentação orçamental em conformidade com FRR.

Comentários dos Estados Membros

30. Os Estados-membros fizeram observações e comentários seguintes:
- i) Que medidas a Comissão estava a tomar para reduzir o período de preparação do orçamento?
 - ii) O processo de orçamento não indica a duração dos vários processos.
 - iii) Os Estados-Membros devem ser informados sobre o estado actual de tentar fazê-los estar na posse do seu financiamento do programa.
 - iv) Os Estados-Membros quiseram saber quando é que o projecto de orçamento de 2014 estaria pronto.
 - v) Quais foram os pontos de estrangulamento que a Comissão enfrentou na preparação do orçamento.

- vi) Os Estados Membros são confrontados com os constantes aumentos do orçamento a cada ano com responsabilidades adicionais.
- vii) O Director de PBFA deve ser dado autoridade para solicitar aos outros órgãos para preparar e apresentar os seus orçamentos em tempo.
- viii) Por que é que a CUA sempre volta para o CRP para orçamento suplementar quando os Estados-membros são sempre ditos que há fundos suficientes.
- ix) Quiseram saber o impacto das actividades financiadas por parceiros.
- x) Os Estados-membros devem tomar consciência de que ao permitirem que os parceiros financiem cerca de 93% do seu orçamento do programa, eles devem esperar algo em troca.
- xi) Qual dos parceiros não tinha honrado com os seus compromissos.
- xii) A Comissão deve apresentar propostas que são justificáveis e realistas para serem analisadas pelo Sub-Comité.
- xiii) Na medida do possível, os Embaixadores e Chefes de Missões deveriam tomar interesse no trabalho do Sub-Comité, para evitar re-abrir debates durante os encontros do CRP.
- xiv) Uma vez que o processo orçamental é importante e envolve a todos, os oficiais principais não deveriam ser autorizados a viajar para fora da Comissão durante o período de preparação do orçamento.
- xv) A questão de apenas cinco países contribuírem com 67% do orçamento da União deve ser revista como todos os membros devem sentir se proprietários da União.
- xvi) Porquê é que os outros Órgãos não estavam presentes no Retiro.
- xvii) Deve haver um limite de crescimento do orçamento para manter o orçamento de Operações enquanto as excepções poderiam ser feitas para o orçamento de Programa.
- xviii) Parece haver proliferação de propostas, sem olhar para o impacto financeiro ou de implicações da estrutura organizacional.
- xix) Na elaboração do novo Plano Estratégico, a Comissão deve ser clara sobre os planos de implementação uma vez que parece haver muitas actividades mas sem corresponder com os planos de implementação.
- xx) Os Estados-Membros devem informar aos seus governos para assegurarem que as propostas apresentadas são apoiadas por dotação orçamental porque assim força a Comissão a apresentar pedidos Suplementares de orçamento.
- xxi) A Comissão deverá proporçinoar ao CRP com o calendário de orçamento.

Respostas da Comissão

31. A Comissão providenciou as seguintes respostas:

- i) Uma vez que as reuniões do Sub-Comité em geral não têm tido participação dos Embaixadores, as questões discutidas pelo Sub-Comité são sempre levantadas novamente no debate ao nível de CRP.
- ii) O processo de revisão do orçamento existente era demorado e havia necessidade de concordar mutuamente sobre um quadro de revisão orçamental.

- iii) A CUA esteve sempre disposta a providenciar a repartição detalhada de custos das propostas de orçamento. No entanto, estas serviam apenas para fins de referência e não como ponto de discussão; não devem servir como os principais documentos do orçamento para debate.
- iv) A fim de obter resultados de execução orçamental, o CRP tinha previamente concordado que a Comissão providenciasse relatórios semestrais de desempenho.
- v) Os pedidos de orçamento suplementar são ocasionados por acontecimentos imprevistos que surgem uma vez que os orçamentos são indicativos.
- vi) A Comissão está a considerar adoptar um Quadro de Despesas a Médio Prazo que permitirá uma projecção multi-anual de despesas e facilitar de forma eficaz a mobilização de recursos.
- vii) O calendário orçamental é emitido todos anos.
- viii) Se um quadro de tempo fosse acordado, o período do processo de orçamento poderia ser reduzido consideravelmente.
- ix) Todas execuções orçamentais são facilitadas por SAP.
- x) Se o processo de avaliação da qualidade fosse seguido, haveria um orçamento realista.
- xi) Oito prioridades que eram as estratégias da nova Comissão seriam discutidos com o CRP.
- xii) A elaboração do projecto de orçamento de 2014 estava em andamento e seria apresentado aos Estados-Membros no início de Abril para permitir que o Sub-Comité inicia as suas deliberações a 15 de Abril de 2013.
- xiii) O novo Plano Estratégico não se concentrava na introdução de novos quadros, mas sim, num movimento para operacionalizar os já existentes.
- xiv) O Plano Estratégico demorou como resultado da chegada tardia da nova Comissão e também por causa da decisão de ter Retiro com a Administração para ver o Plano.
- xv) O Plano Estratégico estava na tradução e só estaria pronto dentro de duas semanas.

Recomendações

- i) Há necessidade de ambos os Sub-Comités para o Programa e Conferência e Consultivo sobre Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras de reunirem-se.
- ii) A Comissão deveria ser encorajada a prosseguir com a implementação das melhorias das propostas na elaboração do orçamento e no processo de avaliação, incluindo o estabelecimento dum Comité interno de Revisão do Orçamento.
- iii) Concordou-se com a sugestão de introduzir o tecto orçamental como um guia para a elaboração dos orçamentos.
- iv) Concordou-se com os princípios contidos no quadro proposto da revisão orçamental.
- v) Solicitar a Comissão para partilhar o calendário Orçamental com o CRP.
- vi) Os relatórios de execução orçamental devem ser feitos semestralmente.

- vii) Os Estados Membros devem garantir que as propostas que são apresentadas sejam apoiadas por dotação orçamental necessária porque isso insta a Comissão a apresentar pedidos suplementares de orçamento.

PROPOSTA DE REVISÃO DO REGULAMENTO FINANCEIRO – DESTAQUES NAS ÁREAS DE MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS

32. A apresentação sobre as áreas de FRR que seriam significativamente afectadas com a adopção de IPSAS foi feita pelo Chefe da Divisão de Contabilidade da CUA. As áreas notáveis incluem o reconhecimento da receita; benefícios da responsabilidade do Trabalhador tal como a licença anual acumulada, o reconhecimento de despesas, incluindo gastos acumulados e Imobilizado e Equipamentos (Activo Imobilizado).

Comentários dos Estados-membros

- i) Como é que as dívidas em atraso de contribuição avaliada seriam tratadas caso certas disposições do Regulamento Financeiros fossem alteradas?
- ii) O pessoal da UA seria obrigado a ir de férias para evitar a acumulação enorme de férias não gozadas.
- iii) O que aconteceria, em relação ao fluxo de caixa, caso os Estados-membros não fossem capazes de pagar as contribuições?
- iv) Qual seria a relação entre as sanções e os relatórios, caso um país não pague a sua contribuição?
- v) Como seria registada a dívida de Marrocos?

Respostas da Comissão

- i) As sanções continuariam a ser aplicadas aos Estados-membros com dívidas em atraso;
- ii) As dívidas dos Estados-membros não seriam baixadas, pois ainda teriam de pagar as suas dívidas;
- iii) A dívida do Marrocos ainda aparece nas demonstrações financeiras nas contas a pagar como qualquer devedor comum à União. Não deve haver nenhum conflito entre os relatórios e as decisões tomadas.

Recomendações

33. Não houve recomendações sob este assunto uma vez que a apresentação era apenas para informar o Sub-Comité sobre a proposta de revisão da Norma e do Regulamento Financeiro.

SITUAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SAP-ERP - PROGRESSOS, BENEFÍCIOS E DESAFIOS

34. A apresentação sobre o estado de implementação do projecto dos Sistemas, Aplicações e Produtos (SAP) foi feita pela Directora Interina da Direcção de Administração e Gestão de Recursos Humanos (AHRMD). Informou ao Sub-Comité que o Projecto SAP começou em Junho de 2008 e entrou em vigor na Comissão no dia

1 de Janeiro de 2009. O SAP foi lançado com sucessos em dois escritórios regionais, ou seja, AMISOM em Fevereiro de 2010 e nos escritórios de IBAR da UA em Nairobi, em Maio de 2010.

35. A Directora Interina explicou que o objectivo de usar o SAP-ERP era para melhorar a transparência e a tomada de decisão; melhorar a eficiência, elevar o uso de SAP, os níveis de consciencialização habilidades e do sistema; otimizar e agilizar os negócios da CUA e os processos dos sistemas que se equiparam com as melhores práticas da classe mundial.

36. Refeiu que haviam actualmente mais de 1400 Licenças de Usuários de SAP disponíveis. A formação em SAP havia sido dada a todos os funcionários, incluindo 14 Usuários Superiores; 12 Usuários de Negócios, e 10 para o Pessoal de Gestão Sénior que foram formados em Academias de SAP. Enquanto a Formação de Usuários Finais é feita na base regular para diferentes grupos de usuários, a formação para novos funcionários é feita na base mensal. A comunidade mais ampla da CUA está neste momento a usar o sistema para processar transações e gerir os seus próprios dados.

37. A Directora Interina informou ao Sub-Comité sobre o desafio de ter perdido seis Usuários Superiores que havia renunciado da UA nos últimos dois anos. A maior parte da equipe técnica chave estava igualmente em contrato de curto prazo, enquanto os outros em regime de destacamento tinham voltado para os seus Departamentos originais.

Comentários dos Estados-membros

- i) Quando é que iniciaria uma implantação plena do SAP, uma vez que parece ainda haver algumas operações manuais?
- ii) A Comissão utiliza a tecnologia de 1972, ou há uma revisão?
- iii) Porquê é que o pessoal formado com habilidades especiais se demite da Comissão?
- iv) Como é que a Comissão pode manter o pessoal formado com habilidades especiais?
- v) As condições de serviço dos funcionários devem ser melhoradas;
- vi) A capacidade dos Estados-membros de pagar uma remuneração adequada deve ser tida em conta;
- vii) Devem ser postas em prática medidas para manter o pessoal formado em habilidades especiais.

Respostas da Comissão

- i) A Comissão não está utilizando a tecnologia da forma como foi apresentada pela primeira vez em 1972;
- ii) O Sistema SAP foi introduzido na Comissão em 2008 e lançado em 2009;
- iii) A maioria dos funcionários formados no SAP eram funcionários em regime de curta duração e isso deveu-se à estrutura da CUA que não prevê determinadas posições.

Recomendações

- i) Há a necessidade de melhorar as condições de serviço, a fim de reter o pessoal;
- ii) Medidas como a vinculação do pessoal formado deve ser incluída na política de recrutamento e condições de serviço;
- iii) Deve haver um plano de sucessão para substituir funcionários que entram na reforma.
- iv) O SAP deveria ser lançado a todos os escritórios regionais, de representação e de ligação

REFORMAS DOS RECURSOS HUMANOS

38. A Directora Interina da AHRMD apresentou o documento sobre a reforma dos recursos humanos. Na capacidade interna, ela indicou que haviam 758 cargos na Estrutura de Maputo em 2003. Em Dezembro de 2012, existiam 1.262 cargos regulares aprovados na Comissão, incluindo 94 para a Agência de Coordenação e Planificação da NEPAD. Fora da estrutura aprovada, o total de pessoal vigente na Sede situava-se em 1104, enquanto a dos Escritórios Regionais e AMISOM era de 452.

39. No que diz respeito ao recrutamento, ela explicou que, enquanto se aplica o sistema de cotas sobre as posições regulares, as posições de curto prazo não foram afectadas pelo sistema de cotas. No entanto, a política de equilíbrio regional e de género foi aplicada na nomeação do pessoal a curto prazo.

40. A Directora Interina mencionou alguns dos desafios de recrutamento, que incluem a falta de técnicas de selecção e de recrutamento modernas; fraca descrição do trabalho e de critérios de selecção dos departamentos, falta de visibilidade dos anúncios no continente.

41. Mencionou igualmente alguns dos desafios na implementação do novo Estatuto e Regras de Pessoal que têm implicações financeiras. Estes incluem o seguinte:

- i) Subsídio de Interinidade
- ii) Subsídio de Educação para os Trabalhadores de Projeto e de Contratos de Curta Duração.
- iii) Transporte de 4.000 kgs de Bens Pessoais do Pessoal Recrutado, e 6.000 kgs para aqueles que forem Transferidos e em Separação;
- iv) As viagens escolares para filhos de funcionários com direito de Férias e a estudar fora do seu posto de trabalho a cada dois anos para visitar os pais no local de afectação.

Comentários dos Estados-membros

- i) O que a Comissão está a fazer sobre a classe de viagem dos Embaixadores, que são obrigados a viajar em Classe Económica em vez de Classe Executiva;
- ii) Os atrasos no preenchimento de vagas desmotivam os funcionários que prestam serviço nesses cargos vagos;
- iii) Seria possível ter contratos com base no desempenho do pessoal;
- iv) Um sistema onde as principais funções, tais como a Divisão de Gestão de Sistemas de Informações (MIS), onde está a ser controlada por pessoal em regime de curta duração não é sustentável;
- v) Há demasiadas posições profissionais vagas;
- vi) O prazo de execução do recrutamento deve ser reduzido;
- vii) As Divisões Importantes da Comissão não devem ser controladas por pessoal em regime de curta duração;
- viii) O processo de recrutamento na Comissão não é transparente;
- ix) O recrutamento deve ser feito por empresas independentes desprovidas de qualquer influência;
- x) A aprovação do recrutamento pelo Vice-presidente não é apropriada;
- xi) Vários altos funcionários da Comissão passam a maior parte do seu tempo em viagem;
- xii) Porque é que alguns Estados-membros têm quota zero e outros tem acima da quota?
- xiii) A taxa de atrito deve ser seriamente resolvida.
- xiv) As questões de segurança no trabalho devem ser abordadas;
- xv) Há necessidade de analisar a situação do pessoal com contratos em regime de curta duração e encontrar formas de regularizar os seus contratos;
- xvi) Questionou-se se a utilização do SAP tinha eliminado a corrupção ou a fraude;
- xvii) Levantaram-se dúvidas se o equilíbrio regional no processo de recrutamento está a ser respeitado;
- xviii) Devem ser prestadas informações detalhadas regularmente aos Estados-membros sobre a situação actual da quota, a fim de garantir a transparência;
- xix) As informações sobre as vagas devem ser divulgadas através das Embaixadas;
- xx) As informações disponíveis indicam que o pessoal com contratos em regime de curta duração foi recrutado a partir de certas regiões e de grupos linguísticos.
- xxi) Os Estados-membros deveriam ser proporcionados com uma Tabela de Pessoal nas diversas categorias de regulares e de contrato a curto prazo.
- xxii) Quando o Sudão do Sul foi avaliado para a contribuição, deveria ter sido atribuído o sistema correspondente da quota de pessoal para recrutamento;
- xxiii) Os candidatos que fazem entrevista para os postos nunca são informados sobre os resultados das suas entrevistas;

- xxiv) Deveria haver uma auditoria para o processo de recrutamento, a fim de garantir transparência.

Respostas da Comissão

- i) As questões da classe de viagem seriam abordadas pela Política de Viagem que está em revisão.
- ii) A Comissão contratou uma vez consultores privados para fazerem o recrutamento, mas isso trouxe frustrações entre o pessoal existente que pensou ter sido ignorado para candidatos externos para cargos mais elevados.
- iii) Actualmente, o recrutamento é feito internamente e aprovado pelo Conselho de Nomeação e Promoção (APPROB), que é presidido pelo Vice-presidente.
- iv) O pessoal de contratos em regime de curta duração é recrutado porque o número de funcionários dentro da estrutura da UA é inadequado.
- v) Os candidatos de todos os grupos linguísticos foram sempre considerados para o emprego;
- vi) A questão da auditoria dos processos de RH está a ser abordada;
- vii) A pré-selecção para os cargos de altos funcionários será feita em Março de 2013.
- viii) Os candidatos dos países em regime de suspensão não são recrutados;
- ix) A Direcção de Administração e de Gestão de Recursos Humanos, conforme está actualmente, é muito enorme para garantir eficiência;
- x) Os candidatos de países sub-representados foram sempre incentivados a se candidatarem.
- xi) Está em curso um estudo para abordar a estrutura e as descrições dos cargos.
- xii) O recrutamento foi feito sempre em conformidade com as disposições do Regulamento do Pessoal.

Recomendações

- i) A classe de viagem para Embaixadores e Chefes de Missão dos Estados-membros deve ser devidamente abordada;
- ii) Os Embaixadores ao viajarem em nome da UA devem viajar em Classe Executiva;
- iii) Os funcionários não devem prestar serviço interinamente num cargo por longos períodos;
- iv) Há necessidade de introduzir um sistema de vinculação para os funcionários formados pela Comissão;
- v) O recrutamento de pessoal em regime de curta duração deve ser desencorajado;
- vi) Todas as disposições do novo Regulamento do Pessoal devem ser aplicadas sem demora;
- vii) Há necessidade de motivar os funcionários;
- viii) O tempo de espera de recrutamento deve ser reduzido;

- ix) Os Estados-membros devem ser informados regularmente sobre a situação da quota de funcionários;
- x) A Comissão deve analisar a questão da governação para garantir que as várias viagens dos funcionários sejam reduzidas consideravelmente;
- xi) Deve haver um estudo para abordar a estrutura e as descrições de cargos;
- xii) Há necessidade de se fazer auditoria nos RH.
- xiii) A questão do Fundo de Manutenção deve ser apresentada para discussão.

COMPREENSÃO DO BALANÇO FINANCEIRO ANUAL DA COMISSÃO DA UA - FORMATO, APRESENTAÇÃO, CONTEÚDO E MUDANÇAS

42. O Sub-Comité foi informado sobre o formato e conteúdo das demonstrações financeiras e como são apresentadas. O representante do PBFA explicou os vários elementos que estão contidos nas demonstrações financeiras que incluem a Demonstração da Situação Financeira; Demonstração do Desempenho Financeiro; e Declaração de Alterações nos Activos Líquidos. Providenciou perspectivas sobre a diferença entre Activos, Activos Líquidos; Correntes e Não-Circulante; Passivos; Passivo circulante; Passivos Não-Correntes e outros elementos que entram na preparação das demonstrações financeiras.

Comentários dos Estados-membros

- i) Há informações insuficientes para os Estados-membros sobre a situação das suas contribuições;
- ii) Questionaram por que razão o dinheiro não recebido pela União era tratado como activo.

Resposta da Comissão

- i) A Comissão envia trimestralmente lembretes aos estados membros sobre as contribuições devidas à União.
- ii) A contribuição avaliada não recebida dos Estados-Membros são os recursos proprietários da União e, entretanto fazem parte dos seus activos.

Recomendações

43. O documento acima foi apresentado apenas para mostrar aos membros do Sub-Comité como é que se apresentam as Demonstrações Financeiras da UA. Por essa razão não houve recomendações.

NOVA PROPOSTA DE POLÍTICAS FIDUCIÁRIAS A INTRODUIR PELA COMISSÃO DA UA – GESTÃO DE DE RISCO E ANTI-CORRUPÇÃO

44. Durante a apresentação sobre Fraude e Corrupção, o Director de PBFA enfatizou que o objectivo da política foi o de fornecer um quadro conceptual para a

compreensão das diversas formas, tipos e níveis de corrupção e fraude e delinear onde e como a corrupção e a fraude podem ocorrer nas operações da União e modalidades para a sua prevenção. Afirmou que os elementos principais da política de combate à fraude e corrupção eram, portanto, propor de forma clara medidas contra fraude e corrupção e definir claramente as funções e responsabilidades fundamentais na prevenção, dissuasão e detecção, investigação e tomada de medidas contra os perpetradores. A política vai cobrir práticas fraudulentas, corruptas, de conluio e coercitivas, bem como disposições explícitas sobre outras práticas internacionais proibitivas como a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo nas suas operações. A política irá igualmente demonstrar o compromisso da UA na promoção e cumprimento dos mais elevados padrões de probidade e responsabilidade na utilização dos seus recursos e terá uma postura de tolerância zero para os casos de fraude e corrupção nas suas operações. Qualquer fraude nas operações da UA esgota fundos e outros recursos destinados a apoiar a sua missão. Além disso, o comportamento fraudulento e corrupto pode danificar seriamente a reputação da União Africana e deteriorar a confiança nas partes interessadas na sua capacidade de cumprir com os resultados de forma responsável e transparente.

Comentários dos Estados-membros

- i) Os Estados-membros necessitam de algumas informações sobre até que ponto o fenómeno da corrupção já existe dentro da Comissão.
- ii) Uma apresentação de um funcionário do Conselho Anti-corrupção seria adequada.
- iii) Os Estados-membros tinham sido dados um papel na investigação, detenção e repressão de funcionários que possam estar envolvidos em corrupção ou fraude transfronteiriça.
- iv) Os Estados-membros necessitam de alguns exemplos do que já aconteceu e o que deve ser feito no futuro.
- v) A presença do Consultor Jurídico seria a mais acertada.
- vi) Algumas decisões da União são vagas e esta indefinição pode criar sempre lacunas que levam mesmo à interpretação errada.
- vii) A falta de inventário tinha sido a causa que levou os responsáveis a tirar vantagem.
- viii) As políticas tardam a ser implementadas.
- ix) Quando é que as novas políticas serão apresentadas?
- x) O que fez a CUA para abordar as questões de diferentes auditorias?
- xi) O tempo de espera do recrutamento deve ser reduzido.

Respostas da Comissão

- i) Foram tomadas medidas pela Comissão da UA para impedir a questão da fraude, mas há necessidade de ter uma política formal que sistematicamente aborde o risco de práticas fraudulentas e corruptas.

Recomendações

- i) A Comissão deve fazer um estudo detalhado de casos presentes e o que tem sido feito para solucioná-los;
- ii) Deve ser criado um organismo independente para analisar a questão da corrupção e da fraude;
- iii) Deve ser desenvolvido e implementado um código de ética e código de conduta do pessoal;
- iv) Há a necessidade de envolver o Gabinete de Assessoria Jurídica no desenvolvimento da política contra a fraude e corrupção.
- v) Deve ser apresentado ao CRP um relatório sobre as medidas tomadas para recuperar o dinheiro que havia sido desviado.

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS (ERM) PARA A COMISSÃO

45. O Director de PBFA apresentou o tema acima e explicou as várias componentes e objectivos da ERM. Enfatizou que a gestão de risco é essencial para a planificação estratégica e boa governação. Com a introdução da política de ERM, a Administração da CUA ao mais alto nível irá procurar:

- i) Gerir de forma proactiva os riscos; (ii) Configurar o “apetite de risco” da CUA (a tolerância para assumir risco); (iii) Actual de forma adequada para avaliar a probabilidade e o impacto dos riscos; (iv) Decidir sobre e implementar as respostas adequadas; e (v) Monitorizar e avaliar os resultados;

46. Os Órgãos Deliberativos devem dar orientações sobre a gestão de riscos no contexto da governação e supervisão, apoiados pelo Subcomité. A presidente da CUA, auxiliada pelo Comité de Gestão de Risco Empresarial que será criado é responsável perante os Órgãos Deliberativos para a implementação da ERM.

Comentários de Estado Membros

47. Os Estados-membros acham que a política proposta está em conformidade com as melhores práticas e felicita a iniciativa de introduzir o processo formal de gestão de riscos no âmbito da Comissão da UA.

Recomendações

48. A Comissão deve proceder com o desenvolvimento e implementação da política de ERM, a fim de gerir as incertezas que são inerentes às actividades realizadas pela Comissão da UA.

PROJECTO DE SEGURANÇA NA SEDE DA UA E ANÁLISE DO RESPECTIVO ORÇAMENTO

49. A Directora Interina de AHRM apresentou o tema acima. Destacou a importância de actualizar os sistemas de segurança nas instalações da Comissão, bem como das residências do Presidente, Vice-Presidente e Comissário de Paz e Segurança.

Comentários dos Estados-membros

- i) O projecto já havia sido aprovado, mas a Comissão foi solicitada a procurar financiamento junto dos parceiros.
- ii) A modernização da segurança não deve ser apenas da segurança física, mas igualmente a formação e a qualidade do pessoal para detectar ameaças de segurança modernas.
- iii) Não há uma política geral de segurança nos edifícios e nos outros activos.
- iv) O país anfitrião, conforme foi especificado no Acordo da Sede, tem a responsabilidade de garantir a segurança externa no seu território.
- v) A Comissão deve analisar as propriedades da UA, em geral, e não apenas as instalações da CUA;
- vi) Podem igualmente ser emitidos distintivos de controlo de acesso ao pessoal das embaixadas.
- vii) A Comissão poderá ainda explorar a possibilidade de financiamento da China e Japão.
- viii) A segurança é tão importante que não deve apenas ser protegido o Comissário de Paz e Segurança;
- ix) Como é que a instalação de equipamentos de segurança iria afectar a força de segurança de pessoal da Comissão?
- x) O número de pessoal de segurança da UA em relação ao ECA é inadequado;
- xi) A principal obrigação do país anfitrião em relação a segurança é de proporcionar segurança externa e garantir que o equipamento de segurança a ser adquirido pela UA será importado com isenção de direitos aduaneiros.

Respostas da Comissão:

- i) Nem o governo Chinês nem os parceiros disponibilizariam financiamento para o projecto uma vez que o contrato já havia sido concedido;
- ii) Há ainda um défice de 2,2 milhões de \$EU que devem ser pagos para permitir que o projecto seja concluído.
- iii) Há medidas que estão a ser tomadas para melhorar os aspectos de segurança, especialmente na área de guarnição;
- iv) Em relação à segurança de todos os Comissários, foi devido a restrições orçamentais;
- v) A capacitação seria na segunda fase do projecto;

- vi) Os Fundos estão disponíveis do Fundo de Aquisição Imobiliária, se o projecto da modernização de segurança for concluído, o número de guardas de segurança pode ser reduzido ou mantido, mas não aumentado.

Recomendações

- i) A Comissão deveria cobrir o custo do projeto de segurança de 2.2 milhões de \$EU do Fundo da UA de Aquisição Imobiliária.
- ii) A Comissão deve dar ênfase na modernização do sistema de segurança e reduzir o recrutamento de guardas de segurança.
- iii) A Comissão deve pôr em prática uma política de segurança que levasse em conta todos problemas relacionados com a segurança.

ANÁLISE DOS TERMOS DE REFERENCIA PROPOSTOS PARA A PREPARAÇÃO DA POLÍTICA GLOBAL DE SALÁRIOS E SUBSÍDIOS

50. O Director Interino de AHRM apresentou os Termos de Referência e solicitou a aprovação para o recrutamento de consultores para o estudo. O objectivo da apresentação do projecto de Termos de Referência era de informar ao Sub-Comité sobre o seu conteúdo e também para procurar financiamento para o trabalho de consultoria.

Comentários dos Estados-membros

- i) Os consultores devem determinar o custo de vida de cada local de afectação;
- ii) A questão da auditoria deve ser ligada aos salários, a fim de saber se o pessoal deve ser reduzido, a fim de melhorar os salários;
- iii) A comparação com outras organizações era importante para o Consultor fazer um trabalho abrangente, uma vez que este proporcionará aos Estados-membros ter opções para escolher;
- iv) Havia uma necessidade de fazer uma análise comparativa com outras Organizações tais como as Nações Unidas e outras Organizações Regionais.
- v) Os aumentos salariais devem estar vinculados ao desempenho do pessoal;
- vi) Os consultores deverão indicar quais foram as causas da elevada taxa de desistência;
- vii) A administração deve, por vezes, reunir-se com os funcionários para verificar o motivo da demissão do pessoal;
- viii) Os salários são pagos pelos cargos e não pelos indivíduos.

Recomendações

- i) Deve ser contratada uma empresa de consultoria para fazer o trabalho;

- ii) Certos elementos nos Objectivos dos Termos de Referência devem ser melhorados e apresentados para análise pelo Sub-Comité.
- iii) O relatório dos consultores deve ser apresentado até Setembro de 2013.
- iv) A Comissão deveria procurar financiamento do Fundo Geral para cobrir os custos de consultoria.

REVISÃO DOS MÉTODOS DE TRABALHO E ADOÇÃO DO PROGRAMA ANUAL DE TRABALHO DO SUB-COMITÉ PARA 2013

51. O Director de PBFA apresentou a proposta do Programa Anual de Trabalho do Sub-Comité para 2013.

Comentários dos Estados-membros

- i) Os documentos sobre as discussões sobre o orçamento devem ser enviados para os Estados-membros a tempo;
- ii) A Comissão deve garantir que outras reuniões não entrem em conflito com o Programa de Trabalho do Sub-Comité;
- iii) A análise do Relatório do Retiro deve ser incluída no calendário;
- iv) A metodologia de trabalho aprovada para discutir o orçamento deve ser seguida.

Respostas da Comissão

- i) As datas para o Programa de Trabalho será alterada tendo em conta o Retiro proposto do CRP.

Recomendações

- i) A Comissão deveria garantir que as outras reuniões não entram em conflito com o Programa de Trabalho do Sub-Comité.
- ii) A metodologia de trabalho aprovada deveria estar em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro e Regulamentos e os Termos de Referência do Sub-Comité.

Análise da Contribuição Voluntária da África do Sul

52. O Director informou à reunião que a República da África do Sul fez uma contribuição voluntária de 1 milhão de \$EU para a Comissão da UA. O financiamento é destinado à actividades prioritárias da nova Comissão que não tem provisão orçamental, algumas actividades aprovadas no orçamento de 2013 sem financiamento assegurado bem como actividades importantes antes das celebrações do 50º Aniversário. A apresentação foi, portanto, para procurar aprovação do CRP para os fundos serem utilizados de acordo com o Acordo de Subvenção.

Comentários dos Estados-membros

- i) O Sub-Comité manifestou o seu apreço à República da África do Sul.

Recomendações

53. Foi recomendada para aprovação pelo CRP a utilização da contribuição voluntária, conforme o acordo de contribuição assinado entre a República da África do Sul e a CUA.

ESTABELECIMENTO DE UM FUNDO DE MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES

54. O Documento Síntese sobre a criação de um fundo de manutenção de instalações, foi apresentado ao Subcomité. O objectivo é o de criar um Fundo, onde seriam pagas todas as verbas geradas a partir da utilização das várias salas de reuniões da Comissão por partes externas, bem como uma percentagem do Orçamento Anual de Operações. Isso permitiria que a Comissão fizesse obras de manutenção periódica nos seus edifícios.

55. O documento, que não foi discutido, foi apresentado ao Sub-Comité para informá-los do fundo proposto e será analisado como parte do programa de trabalho do Comité para 2013.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2013

Report of the meeting of the PRC advisory sub-committee on administrative, budgetary and financial matters

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4333>

Downloaded from African Union Common Repository